

IMPrensa PARANAENSE E DEMOCRACIA NA REPÚBLICA DE 46: A PRIMEIRA ELEIÇÃO NO PÓS-GUERRA¹

Carolina de Paula (UFRGS)²

Apresentação

Com o fim da II Guerra Mundial, em 1945, o clima favorável à democracia era notório em todos os continentes. O Brasil certamente não foi uma exceção neste cenário, sendo a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro, a prova de tal afirmativa. O ano de 1945 possui centralidade na compreensão da primeira experiência democrática brasileira (1946-1964), já que diversos acontecimentos políticos, internos e externos, foram desencadeados desde então, deixando assim, significativas marcas na política brasileira.

O objetivo do texto consiste em analisar a interface entre a mídia impressa paranaense e a primeira eleição presidencial após o término da ditadura varguista. Mais especificamente, a questão que motiva a pesquisa diz respeito aos contornos da atividade jornalística na época e às características da cobertura dos jornais de um momento marcante na vida política do país, a transição do autoritarismo estadonovista para o regime democrático. O estudo de um caso particular, como proposto aqui, se torna interessante pela observação da relação entre o incipiente quadro partidário que ressurgira e o comportamento da mídia impressa. A hipótese do artigo é que a centralidade da cobertura política nas eleições para o Executivo, predominantemente personalista, possuiu relação com o quadro partidário que estava em desenvolvimento. É sabido que sem a presença da televisão na conjuntura eleitoral do pós-guerra, os jornais serviram de canal de comunicação – junto com o rádio e os comícios – para os eleitores, ainda que o caráter informativo dos jornais precise de ponderação³, devido à explícita defesa de candidaturas⁴.

¹ Trabalho apresentado no III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, de 09 a 11 de dezembro de 2009, São Paulo. Sessão de Comunicação - Jornalismo Político.

² Mestranda do programa de pós-graduação em Ciência Política, bolsista Capes.

³ Se o entendimento da *informação* for quanto à urgência da pluralidade desta, tal como aparece nas condições poliárquicas dahlsianas.

⁴ Lavareda (1991) afirma que “de modo geral, a imprensa de então [1945-64] estava bem mais vinculada aos partidos e com maior orientação ideológica do que os grandes diários dos dias atuais.” (p.128)

Apesar do elevado índice de analfabetismo da população brasileira exigir cautela na discussão sobre o alcance dos jornais, estudar o papel da imprensa enquanto agente político não é tarefa irrelevante. A Lei Constitucional nº9, assinada por Getúlio Vargas em 28 de fevereiro de 1945, previa eleições para a presidência da República, para uma Assembléia Nacional Constituinte (ANC), para governadores e constituintes estaduais⁵. Portanto, o país precisou, dentro de pouco mais de nove meses, organizar novos partidos políticos⁶ e também alistar os eleitores, para que, finalmente, a democracia, se estabelecesse no país. Diante de tamanho desafio, como os jornais se comportaram nesse processo?

O estudo dos partidos políticos durante a República de 46 foi objeto de pesquisa de inúmeros trabalhos acadêmicos⁷, é possível dizer que a maioria deles preocupou-se em compreender os partidos e o sistema partidário em sua dimensão institucional – via análise de resultados eleitorais, tal como Lima Jr. (1983) – ou então recorreram a abordagens de caráter mais estruturalista, observando a relação entre a formação sócio-econômica com a formação partidária brasileira, o estudo de Soares (1973) é um exemplo deste último modelo. Neste artigo não existe a preocupação em seguir apenas um destes vieses, serão utilizadas fontes de consulta bibliográfica relacionadas a ambas as perspectivas. Esta atitude deve-se ao fato da pesquisa trabalhar especificamente com a dinâmica intrínseca a um estado brasileiro e da pouca literatura sobre as eleições e os partidos paranaenses no período em debate. Ou seja, é essencial considerar os múltiplos enfoques teóricos e metodológicos para um entendimento mais abrangente, recorrendo inclusive a pesquisas de outras áreas do conhecimento, por exemplo, a História.

⁵ Com a revogação em outubro do decreto nº8. 063 foram realizadas nesta data eleições somente para presidência e para a ANC.

⁶ Excetuando o PCB, sendo fundado em 1922, contudo, precisou se reorganizar.

⁷ Poderia ser citada uma extensa lista, vale apontar alguns deles. Envolvendo o sistema partidário: SOUZA, M.C.C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. SOARES, G.A.D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973. LIMA JR., O.B. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. SANTOS, W.G. **Crise e Castigo – Partidos e Gerais na Política Brasileira**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1987. LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo, 1991. Sobre os três principais partidos (PSD, UDN e PTB) os seguintes estudos: HIPPOLITO, L. **De raposas a reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. BENEVIDES, M.V. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. D'ARAUJO, M.C. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-64**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. Uma boa coletânea sintética de estudos encontra-se em FLEISCHER, D.V (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

No que diz respeito à escolha dos periódicos que delimitaram o objeto central da pesquisa, a saber, a mídia impressa paranaense durante a campanha eleitoral de 1945, justifica-se por dois motivos: (1) ambos, um matutino (*Gazeta do Povo*) e outro vespertino (*Diário da Tarde*),⁸ circularam na capital e no interior do estado; (2) devido ao fato dos mesmos serem órgãos noticiosos da chamada “imprensa liberal”, não eram controlados por nenhum partido político nem foram órgãos oficiais da Interventoria paranaense⁹. Porém, esta afirmação não significa que os jornais alienaram-se de posicionamentos, pró ou contra, candidaturas, muito pelo contrário, como será mais bem elucidado ao longo do texto.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas enquanto unidade de análise todas as notícias jornalísticas que fizeram qualquer menção ao processo político do período. Assim, buscou-se ler todas as edições da *Gazeta do Povo* e do *Diário da Tarde*¹⁰ que circularam entre a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, até a data das eleições, em 02 de dezembro de 1945. Não houve intenção de categorizar quantitativamente as notícias veiculadas, tratar-se-á de uma pesquisa de cunho majoritariamente qualitativo. Contudo, outros dados quantitativos serão apresentados, em especial àqueles concernentes aos resultados estatísticos das eleições.

Além dessa introdução, e das considerações finais, o texto encontra-se segmentado em três partes. Na primeira seção é feita a contextualização da conjuntura política nacional do primeiro pleito brasileiro no pós-guerra, discute-se a organização dos novos partidos e apresentam-se os resultados eleitorais. Em seguida, discorre-se sobre o contexto político-partidário paranaense, bem como a exposição dos resultados eleitorais do estado. Na terceira seção, é analisado o levantamento empírico realizado nos periódicos *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*. Compara-se, quando possível e pertinente, as similaridades e diferenças da cobertura política jornalística paranaense em 1945 com os contornos da mesma na contemporaneidade.

⁸ Maiores detalhes sobre os periódicos serão apresentados nas seções subseqüentes.

⁹ Neste período o Brasil dispunha de um sistema governamental estadual de interventores, indicados (e não eleitos via sufrágio) pelo governo Vargas.

¹⁰ As edições, microfilmadas, encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca Pública do Paraná.

1. O fim do Estado Novo: os partidos políticos entram em cena na disputa eleitoral

Conforme exposto nos parágrafos introdutórios, o ano de 1945 é considerado central na compreensão da primeira experiência democrática brasileira. O fim do Estado Novo, e da ditadura varguista, foi originário de uma série de fatores (Pandolfi, 2002), por exemplo: em julho de 1942 houve uma manifestação de estudantes no Rio de Janeiro contra o integralismo e o nazismo, em defesa da entrada do país na II Guerra mundial; o lançamento do Manifesto dos Mineiros em 24 de outubro de 1943 assinado por conhecidos membros da elite política; a pressão internacional que repudiava, após a derrota do Eixo na guerra, qualquer espécie de regime ditatorial. Com o novo Código Eleitoral de 1945, mais conhecido como Lei Agamenon, o país se preparou para ir às urnas escolher o novo presidente, senadores e também deputados federais que formariam uma Assembléia Nacional Constituinte em 1946.

De acordo com Souza (1976) a Lei Agamenon significava a continuidade das elites dirigentes do regime estadonovista, pois estabeleceu uma série de dificuldades no desenvolvimento de novas forças políticas, tal como, a necessidade de nacionalização dos partidos, sendo necessárias 10.000 assinaturas distribuídos num mínimo de cinco estados da federação. Contudo, ainda que se considere o argumento da autora, o expressivo acréscimo de da população votante – em 329% – quando comparado ao último pleito, de 1933, e o comparecimento no dia das eleições bem acima dos índices anteriores – 10%, quando antes girava em torno de 3,3% – representou notório avanço rumo ao estabelecimento da democracia (Nicolau, 2002).

Especificamente sobre a organização dos partidos para a disputa do pleito é pertinente atentar para a relação com as características particulares dos estados. Porém, tecer algumas considerações generalizantes dos partidos é possível. Sobre o partido que obteve a maioria dos votos em 1945, o Partido Social Democrático (PSD), através de análises históricas e sócio-econômicas, sabe-se que esteve ancorado na máquina governamental do Estado Novo, sendo o herdeiro desta estrutura. Assim, os membros que fundaram o partido costumam ser retratados como homens íntimos ao “trato com a coisa pública, ao conhecimento dos canais de ligação com diferentes esferas do governo” (Oliveira, 1981:109). O quadro dos fundadores do partido contou com

diversos interventores do Estado Novo, tais como Benedito Valadares-MG, Agamenon Magalhães-PE, Fernando da Costa-SP, Amaral Peixoto-RJ, Pedro Ludovico-GO, Nereu Ramos-SC, Pinto Aleixo-BA, Magalhães Barata-PA. Segundo Pandolfi (2002), no que se refere ao perfil ideológico do PSD, seria uma composição dos interesses das oligarquias rurais e dos novos setores urbanos conectados à burocracia estatal, possuindo o aval do próprio Getúlio Vargas.

Outro ponto de inflexão dos pesquisadores, para compreender o surgimento dos partidos no período, foi perceber o apoio dos membros partidários, ou afastamento, ao regime varguista, justaposto às proximidades dos mesmos com os interventores de seus estados. Hippolito (1985) ao dissertar sobre o PSD afirma que o diretório nacional estava composto pelos presidentes de diretórios regionais ou seus delegados. Dessa estruturação federativa resultou uma grande autonomia das seções regionais em relação à direção nacional, contudo o PSD chega às urnas em 02 de dezembro de 1945 como o único partido presente em todos os municípios.

Assim como o PSD – situado do “lado varguista” – estaria o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Fundado com notória inspiração do Partido Trabalhista inglês, nascera no bojo de articulações políticas cujo berço fora o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e toda a estrutura do movimento sindical montada segundo o modelo corporativista (Gomes, 1994:135). Nas eleições em tela o desempenho do mesmo foi pequeno, entretanto, crescente ao longo dos anos¹¹. Por fim, para discorrer somente sobre as principais forças dessa primeira eleição, esteve presente nesse quadro partidário a União Democrática Nacional (UDN). Esta apresentava um perfil anti-Vargas, buscando conhecer-se pela sua “eterna vigilância” contra a ditadura. Apesar dos diversos questionamentos se a UDN constituiu de fato um partido político – tamanha heterogeneidade do “liberalismo” dos seus membros – Benevides (1981a) afirma que sim, pois o partido contou com uma estrutura permanente e organização burocrática em todos os estados brasileiros. Outra constatação que permitiu a autora designar a UDN enquanto partido político foi o destaque de uma bandeira política comum aos partidários: a reconquista das liberdades democráticas e um herói-candidato, o Major-

¹¹ Há inúmeras discussões e controvérsias sobre o crescimento, ascensão e declínio dos partidos entre 1945-1964. Um exemplo desse debate pode ser encontrado SOARES, G. A. D. *Partidos Políticos Brasileiros: a Experiência Federal e regional: 1945-1964. Uma resenha e uma resposta*. In.: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1. 1984. LIMA Jr. O. *Resposta a Gláucio Soares*. In.: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1. 1984

Brigadeiro Eduardo Gomes (Benevides,1981b: 96). Segundo a autora, formavam a UDN os (a) membros das oligarquias destronadas a partir de 1930; (b) antigos aliados de Getúlio que se sentiram de alguma forma traídos, Eduardo Gomes e Juraci Magalhães, por exemplo; (c) aqueles que participaram do Estado Novo e romperam com Vargas, tal como Oswaldo Aranha, Ministro do Exterior até 1944; (d) liberais nos estados; (e) as esquerdas, reunidas entre políticos, intelectuais e estudantes de tendência socialista.

Juntamente à UDN, PSD e PTB é cabível fazer referência ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo em vista que os comunistas estavam dotados de certa saliência nesse momento pós Segunda Guerra, pois se encontravam fortalecidos com a vitória do bloco dos Aliados e da posição de destaque da URSS. Segundo Soares (1973), o PCB contava com uma estrutura organizacional razoável no país, localizados nos centros urbanos, mas não nas zonas rurais. O PCB entraria na ilegalidade já em 1947, contudo, análises locais do desempenho organizacional do partido possibilitaram observar que este tinha algum potencial de reestruturação e organização ao longo do tempo (Lavareda, 2008). Apontados os aspectos gerais da origem dos partidos cabe agora destacar as diretrizes da legislação eleitoral, o quadro 1 sintetiza as principais informações.

Quadro 1 - Regras para organização dos partidos e legislação eleitoral em 1945	
Quem podia votar	Homens e mulheres alfabetizados maiores de 18 anos. O alistamento era feito pelo cidadão ou <i>ex-officio</i> (registro de blocos de eleitores baseados em listagens de empregadores e agências governamentais). Havia multas para o não alistamento/comparecimento.
Sobre a candidatura	Só quem estivesse filiado a um partido, fim das candidaturas avulsas. Possibilidade do mesmo candidato concorrer para vários cargos e vários estados federativos. Registro limite até 15 dias do pleito. Sem restrições de tempo de filiação nem domicílio eleitoral.
Registro dos partidos	Responsabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Para o registro era preciso 10.000 assinaturas em 5 estados da federação. 35 partidos conseguiram o registro provisório.
Sistema eleitoral	Partidos ou coligação disponibilizava uma lista de nomes. Para as eleições da Câmara dos Deputados foi exclusivamente proporcional e majoritária para presidente da República e senadores. O cálculo do quociente eleitoral era calculado resultante da divisão dos votos – brancos também – pelas cadeiras em disputa, somavam-se os votos do partido ou coligação e dividia-se pelo quociente para saber o número de cadeiras que cada partido ou coligação tinha ganhado. O “mecanismo das sobras” alocava as cadeiras não preenchidas para o partido mais votado.
Número de representantes	Número de eleitos era proporcional à sua população, quanto maior a população menor a proporção de representantes. Estados mais populosos eram prejudicados e os menos populosos sobre-representados frente à população.

Fonte: elaboração própria a partir de Soares (1973); Nicolau (2002); Pandolfi (2002).

Em consonância à afirmação de que os partidos se organizaram através do parâmetro de apoio à Vargas, as duas principais candidaturas presidenciais – pelo PSD o General Eurico Dutra e pela UDN o Brigadeiro Eduardo Gomes – também tiveram essa marca em suas campanhas. As tabelas abaixo, número 1 e 2, expressam os resultados em nível nacional do pleito, não cabe aqui buscar interpretações dos porquês da vitória do PSD, mas apenas apresentar as estatísticas eleitorais.

Tabela 1 – Resultado da eleição presidencial em 1945(votos absolutos e percentuais)

Candidatos	Votos obtidos	Votos em %
Eurico Dutra (PSD)	3.236.029	55,3
Eduardo Gomes (UDN)	2.034.383	34,8
Yeddo Fiuza (PCB)	568.907	9,7
Rolim Teles (PAN)	9.995	0,2
TOTAL	5.849.314	100

Fonte: <http://jairicolau.iuperj.br/banco45.html>

Tabela 2 – Resultado da eleição para ANC em 1945 (votos absolutos e percentuais por partido e número de cadeiras por partido)

Partidos	Votos obtidos	Votos em %	Número de cadeiras
PSD	2.531.944	42,7	151
UDN	1.575.375	26,6	81
PTB	603.500	10,2	22
PCB	511.302	8,6	14
PR	219.562	3,7	9
PPS	107.321	1,8	4
PDC	101.636	1,7	2
PRP	94.447	1,6	-
PRProg.	70.675	1,2	2
PL	57.341	1,0	1
PRD	33.647	0,6	-
PAN	17.866	0,3	-
TOTAL	5.924.616	100	286

Fonte: <http://jairicolau.iuperj.br/banco45.html>

Os dados mostram que o PSD foi o partido vitorioso tanto na disputa presidencial – o General Dutra foi eleito com 55,3% dos votos – quanto no legislativo federal, conquistou 42,7% das cadeiras. A UDN revelou-se a segunda força eleitoral do período em estudo, o Brigadeiro Eduardo Gomes recebeu 34,8% dos votos e o partido galgou 26,6% das cadeiras na ANC.

2. O contexto político-eleitoral paranaense e o resultado das eleições de 2 de dezembro de 1945 no estado

Conforme apontado na seção anterior, os partidos políticos se organizaram em torno da máquina política do Estado Novo, bem como das antigas forças políticas da República Velha, por essa razão o contexto de origem dos partidos em cada estado da federação torna-se fundamental na compreensão da dinâmica política-partidária do período. Esta seção preocupa-se, num primeiro momento, em descrever os principais

atores políticos e apresenta na seqüência as estatísticas eleitorais das eleições de 45 no Paraná.

É válido atentar para algumas especificidades na organização dos partidos paranaenses no processo da redemocratização. A literatura do tema (IPARDES, 1989; Magalhães, 2006) ressalva que, diferente de alguns estados, o Paraná não manteve durante o regime varguista um sistema de interventorias baseado nas antigas oligarquias da República Velha. Ou seja, no pós-45 quem de certa forma balizou o novo sistema político-partidário não foram as oligarquias anteriores ao Estado Novo – por exemplo a família dos Camargo ou dos Munhoz da Rocha – mas o interventor Manuel Ribas. Os autores afirmam que este último possuía claros objetivos na política nacional, Ribas teria apoiado Getúlio Vargas em franco detrimento ao setor industrial local. Assim, o apoio ou oposição à política *ribista* torna-se um parâmetro de identificação das forças políticas que buscavam espaço na vida partidária do estado.

Segundo Oliveira (2004) o estado do Paraná, durante o Estado Novo, não difere muito dos demais estados quanto à modernização burocrática e o início da política industrializante. Quanto às especificidades estaduais o autor destaca o desenvolvimento do norte-cafeeiro em substituição à decadência da burguesia envolvida na comercialização da erva-mate. Magalhães (2006) também afirma que a nova região cafeeira surgira reivindicando seu espaço no bloco de poder, já que a antiga oligarquia da erva mate, dominante na década de 30, perdera sua preponderância econômica. De acordo com Colnaghi (1991) a ocupação do sudoeste do estado, devido à intensa migração no início do século XX, constituiu a origem dos minifúndios que seriam as bases da organização do PSD no pós-45. Assim, capitaneando a máquina estadonovista o PSD se organizou sob a liderança do ex-interventor Manoel Ribas com a colaboração do futuro governador e primeiro presidente do partido no estado, Moysés Lupion. O distanciamento de Lupion das tradicionais oligarquias da República Velha é destacado por Vaz (1986). Filho de imigrantes, obteve enriquecimento rápido ao adentrar na indústria madeireira, ocupando o cargo de governador por dois mandatos durante a República de 46. Segundo Magalhães (2006) os membros do PSD:

“representavam, grosso modo, a fração burguesa (...) originara-se dos proprietários de terra e comerciantes dos Campos Gerais, incorporando no Paraná alguns elementos da burguesia industrial beneficiados pelas políticas governamentais, principalmente no setor madeireiro em expansão.” (p.137)

Quanto à UDN, Magalhães afirma que esta era formada pela fração da burguesia industrial, comercial e financeira, alijada do poder em 1930. Entretanto, logo após sua organização sofreu uma subdivisão em seus quadros, com o surgimento do Partido Republicano (PR), que particularmente no Paraná, obteve certa saliência. Sobre o PTB o autor argumenta que este aglutinava:

“algumas facções mais diretamente beneficiadas por ações e políticas governamentais, assim como segmentos das classes médias vinculadas ou pertencentes ao setor público estadual ou federal, ou à estrutura sindical, bem como segmentos da pequena burguesia, juntaram-se a boa parte dos trabalhadores urbanos, principalmente os vinculados aos sindicatos organizados e apoiados a partir do Ministério do Trabalho” (p.137)

O quadro 2 sumariza informações sobre o perfil profissional e a trajetória política da bancada paranaense dos eleitos em 45 para ANC.

Quadro 2 - Lista dos deputados federais para ANC em 1945 no Paraná (carreira/ trajetória profissional, trajetória política e votação nominal obtida no pleito)

Deputado Federal (Partido)	Carreira/trajetória profissional	Trajetoária Política	Votação nominal no pleito de 02/12/45
1. Aramis Athayde (PSD)	Médico; Professor na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná; Major-Médico do Exército	Em 1945 foi um dos fundadores do PSD no estado	9.178
2. Fernando Flores (PSD)	Major de Infantaria do Exército	Chefe de Polícia do estado durante o Estado Novo ; Secretário do Interior e Justiça do Estado; Secretário Estadual no Paraná	17.750
3. Gomy Júnior (PSD)	Industrial; advogado; promotor público e jornalista	Vereador durante a República Velha; Secretário do Interior, Justiça e Segurança do Paraná	5.890
4. João Aguiar (PSD)	Proprietário de terras; agrônomo	Prefeito e deputado estadual antes do Estado Novo	9.454
5. Lauro Lopes (PSD)	Advogado; promotor público; jornalista	Chefe de Polícia do estado antes do Estado Novo; deputado antes do Estado Novo	12.442
6. José Munhoz de Melo (PSD)	Advogado; promotor público e juiz de direito	Prefeito durante o Estado Novo	15.984
7. Erasto Gaertner (UDN)	Médico; Professor na Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná; Diretor do Departamento Médico-Legal do Estado do Paraná	Coronel-Médico no movimento constitucionalista paulista; deputado estadual antes do Estado Novo	6.952
8. Munhoz da Rocha (UDN)	Engenheiro civil; fundador e professor da Faculdade de Filosofia, Ciências, Letras e Artes do Paraná	Primeira legislatura; foi governador na República de 46	9.290
9. Melo Braga (PTB – 1º suplente)	Proprietário de terras; comerciante	Organizador do Partido nacional do Trabalho e um dos fundadores do Partido Reivindicador Proletário e da Concentração Trabalhista no Paraná antes do Estado Novo	7.879

Fonte: IPARDES, 1989; Braga, 1998

Em consonância ao acontecido nos demais estados da federação, as estatísticas eleitorais revelam que o PSD foi o partido vitorioso no pleito de dezembro de 45. Conquistou seis das nove cadeiras em disputa para a ANC. As duas vagas para o Senado também foram ocupadas por membros do partido, Flávio Guimarães e Roberto Glasser, além do General Dutra receber expressivos 70% dos votos dos paranaenses. A tabela 3 e 4 apresenta os dados eleitorais.

Tabela 3 – Resultado da eleição presidencial em 1945 no Paraná (votos absolutos e percentuais)

Candidatos	Votos obtidos	Votos em %
Eurico Dutra (PSD)	131.690	70,1
Eduardo Gomes (UDN)	48.912	26,1
Yeddo Fiuza (PCB)	6.515	3,5
Rolim Teles (PAN)	618	0,3
TOTAL	187.735	100

Fonte: IPARDES, 1989

Tabela 4 –Bancada paranaense eleita para ANC em 1945 (votos absolutos e percentuais por partido e número de cadeiras por partido)

Partidos	Votos obtidos	Votos em %	Número de cadeiras
PSD	85.125	45,3	6
UDN	46.381	24,7	2
PTB	33.162	17,7	1
PSP	10.807	5,8	-
PCB	6.570	3,5	-
PRT	5.689	3,0	-
TOTAL	187.735	100	9

Fonte: IPARDES, 1989

3. A cobertura política em 1945: o partidarismo em debate

Pesquisar o comportamento da mídia impressa, neste peculiar momento da historiografia política, justifica-se por três motivos: (a) dentro da temática da comunicação política há pouquíssimas pesquisas com enfoque em eleições presidenciais anteriores a de 1989; (b) contribuir para a ampliação da literatura sobre os partidos políticos na eleição de 1945 em nível subnacional, neste caso, no Paraná; (c) muitos pesquisadores ao discutirem as relações entre mídia e democracia afirmam que, contemporaneamente, esta última seria “de público” (Manin, 1995)¹², passando muitas vezes a impressão da pré-existência de uma consolidada “democracia de partido” no Brasil, tal como visto nas antigas democracias européias. Mas quais as características nacionais desse suposto partidarismo?

Quanto ao terceiro motivo, é sensato advertir que o artigo não pretende afirmar qual o “modelo” de democracia predominava no período, entretanto, a análise das notícias veiculadas pela mídia impressa paranaense suscita, ao menos, compreender quais as visões de um regime democrático foram deslumbradas pelos jornais e, conseqüentemente, retrataram em suas páginas. Classificar o campo jornalístico brasileiro da década de 40-50 é uma tarefa laboriosa, tendo em vista que este passava por transformações/adaptações no seu perfil¹³. Ribeiro (2007), ao analisar os jornais cariocas dos anos 50, afirma que havia uma busca pelo distanciamento dos periódicos em relação à literatura e à política, ou seja, era a intenção dos órgãos noticiosos seguir uma lógica mercantil. Costuma-se afirmar que a prática do jornalismo na década de 50 sofreu uma substituição de estilo, sob inspiração do paradigma norte-americano, centrado no ideal da imparcialidade e objetividade (Abreu, 2002). Albuquerque (2005) matiza o debate ao afirmar que este argumento – da ruptura do estilo e práticas jornalísticas – seria uma espécie de “mito de origem” do jornalismo no Brasil, sugere que houve uma *adaptação* das práticas norte-americanas e não uma *transformação* integral.

¹² Resumindo rapidamente os argumentos de Manin: este trabalha com uma tipologia de formas de representação que seria observada numa sucessão linear histórica (“democracia parlamentar”, os governantes são escolhidos por seus atributos pessoais e agem de acordo com sua consciência → “democracia de partido”, os governantes são preparados pelos partidos e agem fielmente afinados com um sentimento de pertencimento ao grupo → “democracia de público”, o governo é personalizado e fatores exógenos como as pesquisas de opinião aparecem enquanto motivadoras das escolhas eleitorais).

¹³ Referente a periodizações delimitadas, como usualmente se tenta fazer, tais como *imprensa literária*, *imprensa informativa* e *imprensa comercial*.

Uma pesquisa empírica sobre o processamento do partidarismo da mídia impressa nas eleições no imediato pós-guerra pode constituir um ângulo analítico para uma comparação com o atual modelo brasileiro de jornalismo. Busca-se saber qual o caráter desse suposto partidarismo midiático numa democracia ainda em gestação. Antes de adentrar nessa discussão vale descrever rapidamente os periódicos pesquisados¹⁴.

A *Gazeta do Povo*¹⁵ foi fundada em 03 de fevereiro de 1919 por Benjamin Lins, o matutino contava com seis páginas e 40% do espaço ocupado por publicidade. Segundo Pilotto (1976), no lançamento do geral proclamou-se que esta se destinava “à defesa dos interesses gerais da sociedade, a chamar a atenção de todos e de cada um para os assuntos que direta ou indiretamente nos interessam” (p.46). De acordo com Oliveira Filha (2005) a *Gazeta* apresentava desde sua origem um perfil misto, de imprensa de opinião – apesar de se intitular apartidária – com viés comercial. Ao longo das décadas, consolidou sua participação no mercado editorial de Curitiba, desenvolvendo um jornalismo com características locais e de prestação de serviços. Vale destacar que atualmente a *Gazeta do Povo* é o jornal de maior tiragem do estado, pertence à família Cunha Pereira e Lemanski que dirigem também a Rede Paranaense de Comunicação, retransmissora da programação da Rede Globo.

O *Diário da Tarde* é anterior à *Gazeta*, de 18 de março de 1899. Segundo Pilotto (1976) foi fundado por Estácio Correia, dizia este último que a missão do jornal seria “em virtude da necessidade que sente o nosso estado de uma folha que seja, entre as lutas partidárias, um elemento ponderativo” (p.31). Era um periódico diário e vespertino, na maioria das vezes circulava em duas edições distintas, às 13h e às 16h, quando não, em edição única¹⁶, às 13h. Depoimentos de jornalistas prestados à Pilotto relataram que “até ao aparecimento do *Diário da Tarde*, o Paraná desconheceu o gênero de jornal dedicado e absorvido inteiramente pela reportagem local, social, nacional e

¹⁴ Foram analisadas as edições de 29/10/1945 a 03/12/1945 do matutino *Gazeta do Povo* e do vespertino *Diário da Tarde*. Sendo que o primeiro não circulava aos domingos e o *Diário* não saía às segundas-feiras. Ao todo foram pesquisados 58 jornais. A *Gazeta do Povo* abordou as eleições em 263 notícias e o *Diário da Tarde* em 184.

¹⁵ Não há nenhuma pesquisa acadêmica abordando exclusivamente a história dos jornais estudados. Foi necessário recolher informações dispersas em Pilotto (1976) e Oliveira Filha (2004)

¹⁶ Nas edições da pesquisa os jornais das 13h contavam com cinco páginas, já as edições das 16h com duas e às vezes uma página apenas.

universal” (p.32) De acordo com Pilotto, foi em meados de 1970 que o *Diário da Tarde* foi adquirido pela *Gazeta do Povo*, circulando esporadicamente até hoje.

Foi possível perceber diferenças no estilo dos periódicos durante a realização da pesquisa. A *Gazeta* já utilizava em 1945 um padrão gráfico próximo àquele destacado na pesquisa de Ribeiro (2007) sobre os jornais na segunda metade da década de 50. Por exemplo, o uso de fotografias posadas e a separação dos anúncios comerciais. Contemplava também um maior número de páginas que o *Diário*, este tinha cinco páginas, em tamanho reduzido, e maior espaço para publicidade, àquele dispunha de sete páginas. Houve diferenças quanto à quantidade de *entradas* envolvendo as eleições – considerando *entrada* qualquer menção, por menor que fosse ao candidato; ao partido; à justiça eleitoral; enfim, ao ato da eleição em si –, na *Gazeta* as eleições formaram um volume maior (263 entradas) se comparadas ao *Diário* (184 entradas). Obviamente esses números nada expressam sozinhos, portanto serão explorados qualitativamente quatro aspectos da cobertura dos jornais: (1º) a imagem do processo político-eleitoral pós-Vargas; (2º) se a cobertura concentrou-se no candidato ou nas instituições políticas, partidos e/ou Assembléia Nacional Constituinte, por exemplo; (3º) a visão de democracia; (4º) o maior enfoque da cobertura da campanha para o Executivo nacional em detrimento à eleição para Constituinte.

O primeiro aspecto, sobre o processo político-eleitoral, aponta que o fim do Estado Novo recebeu tratamento diferenciado na cobertura dos jornais. Na *Gazeta*, a saída de Vargas do Catete em 29 de outubro de 1945 aparece diversas vezes enquanto uma negociação em que Getúlio seria o fiador da transição do regime juntamente com as forças armadas,

“Renunciou o presidente Vargas! O movimento da tarde memorável de ontem foi um dos maiores episódios da nossa história e há de ficar gravado como exemplo de dignidade, de civismo, e de altruísmo do Exército, da Marinha e da Aviação nacionais. O presidente volta após negociação para sua casa, em São Borja” (G.P. 30/10/1945)

Já no *Diário*, a saída de Vargas aparece enquanto *deposição*, não como *renúncia*, conforme citado no trecho abaixo,

“Deposto o presidente Vargas. Assumiu a chefia da nação o presidente do Supremo Tribunal Federal. Em face da deposição do Sr. Getúlio Vargas, a opinião pública do Paraná espera que o Sr. Manoel Ribas deixe, imediatamente o governo com todo o seu secretariado” (D.T. 30/10/1945)

“Ontem, desde cedo, o povo disputava avidamente os jornais, procurando cientificar-se que ocorria. Grande multidão postou-se em frente ao jornal esperando ansiosamente a saída do Diário da Tarde.”(D.T. 31/10/1945)

É possível demarcar o início de uma série de notícias, até o dia 06 de novembro, em que o *Diário* insistia pela saída do interventor Manoel Ribas do poder, afirmando a necessidade de um interventor apartidário e distante da máquina governamental do Estado Novo. A *Gazeta do Povo* se absteve de comentar sobre a mudança na chefia da Interventoria, sendo a notícia apresentada com entusiasmo apenas pelo *Diário*,

“Ribas não é mais Interventor! Alegria de muitos e tristeza de poucos!”(D.T. 06/11/1945)

Sobre o processo eleitoral, ambos os jornais destacaram a raridade do momento político em questão e da mudança no antigo jeito de fazer política com o pleito que se aproximava,

“A situação é de absoluta calma e confiança – as eleições serão livres e honestas em virtude da vontade soberana do povo, do empenho das autoridades civis e garantias das forças armadas” (G.P. 16/11/1945)

“Já não é mais possível a política irracional do cabresto, do compadresco! A campanha é da opinião, do convencimento pelas idéias e pela razão e a sua pregação vencerá pela idoneidade, pelo respeito que merecer as consciências limpas” (D.T. 21/11/1945)

Quanto a esse primeiro aspecto da análise, vale observar que em ambos os jornais as Forças Armadas aparecem com centralidade na condução da lisura do pleito. À parte as diferenças de posicionamentos quanto a saída de Vargas do poder é notória a variável interveniente *Getúlio* no rumo da campanha, em todas as 58 edições pesquisadas havia alguma referência, por menor que fosse, ao ex-presidente. Outro fator comum aos jornais é a exaltação com o alto índice de alistamento dos paranaenses aptos ao voto, os números crescentes de votantes eram percebidos enquanto o “crescimento cívico brasileiro”. Destaca-se ainda a predominância da cobertura das eleições para presidência, sendo as eleições que formariam uma Assembléia Nacional Constituinte praticamente silenciadas – para além das notícias sobre os candidatos à deputados federais e senadores – não há no conjunto de 447 notícias nenhuma versando exclusivamente sobre o funcionamento da Constituinte que seria elaborada no ano seguinte.

O segundo ponto da análise, se a cobertura concentrou-se no candidato ou nas instituições, é interessante quando observado comparativamente aos estudos que trataram da cobertura dos jornais na segunda redemocratização, pós-1985. Jorge

(2003), abordando a cobertura do Congresso Nacional entre 1985 e 1990, através de extenso levantamento de dados quantitativos coletados em jornais, conclui que a ênfase da mídia impressa é geralmente nos indivíduos, já o poder Legislativo enquanto instituição política teria recebido pouca atenção. Azevedo e Chaia (2008) ao analisarem, utilizando também um método quantitativo, a imagem do Senado nos editoriais da *Folha de S. Paulo* e *d'O Estado de S. Paulo*, entre janeiro de 2003 e outubro de 2004, concluem que o enquadramento desses órgãos em relação ao parlamento seria negativo e centrado no político individualmente. Quanto a relação Executivo-Legislativo, os autores concluem que as ações do primeiro aparecem em maior volume e geralmente mais positivas em comparação às dos segundos. Caberia avaliar se esse comportamento da mídia impressa é histórico ou não.

A pesquisa com os periódicos paranaenses parece indicar que o poder Executivo, neste caso a campanha política para ocupação da presidência, possui a atenção quase majoritária da imprensa. A realização concomitante de eleições legislativas e executivas em 1945 permite afirmar, através da observação do volume de notícias, que de fato o poder Executivo foi preponderante nas páginas do jornal. Conforme argumento anterior, nem a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que estava em jogo naquele pleito, despertou maiores interesses da mídia impressa, inclusive se forem consideradas separadamente seja as notícias publicadas em colunas/artigos assinados ou as matérias do próprio jornal e recebidas pelas agências de notícias. Vale ressaltar que os candidatos à Constituinte apareceram diversas vezes nas notícias analisadas, inclusive o diretor e também articulista diário da *Gazeta do Povo*, Acir Guimarães, foi candidato a deputado pelo PSD.

Uma segunda questão suscitada nesta discussão é o personalismo da cobertura, tanto das eleições para a presidência quanto para o Legislativo. Menções individuais dos candidatos à ANC eram recorrentes, com descrições em estilo romântico sobre a biografia do candidato e, às vezes, junto à foto dos mesmos. É certo que atividades partidárias – tais como a agenda e realização dos comícios; reuniões dos filiados; viagens interestaduais de membros da Executiva do partido; entre outros – também “foi notícia”. Entretanto, quanto a notícias que poderiam sustentar a idéia de uma campanha ideológica – com plataformas bem delimitadas e distintas entre os partidos – a ausência é notória. Não há aqui nenhuma intenção normativa quanto ao que “deveria ser notícia”

em um jornal, já que o próprio desenvolvimento do quadro partidário – ainda embrionário – constituiu certamente uma limitação para uma cobertura com ênfase nos partidos políticos.

Diante disso, o argumento do partidarismo da imprensa na década de 1940 precisa ser mais bem questionado quando se constata que mesmo antes do advento da “democracia de público” os partidos não protagonizaram as campanhas eleitorais nas páginas dos jornais. As notícias analisadas dos dois periódicos paranaenses corroboram parcialmente a afirmação de Lavareda (1991:128), sobre a existência de uma orientação ideológica da imprensa na República de 1946. Pode-se concluir que havia um partidarismo na mídia imprensa paranaense quanto ao apoio oferecido aos candidatos, mas era um “partidarismo esvaziado”, no sentido de indistinções programáticas em relação aos diversos partidos e na ausente abordagem de clivagens sociais e econômicas na sociedade.

Sobre o terceiro fator proposto para análise, a visão da democracia pelos periódicos, pode-se dizer que tanto a *Gazeta do Povo* quanto o *Diário da Tarde* convergiram para aquilo referenciado na primeira seção do artigo, as eleições de 1945 representariam um marco na vida política do país e significou elevada expectativa durante os meses que antecederam a data da mesma. Contudo, para além dessa afirmação genérica, os pormenores das notícias expõem que a imagem de democracia para os periódicos estaria conectada:

- (i) à urgência de moralidade da nação, traduzida essencialmente em candidatos comprometidos com os princípios cristãos do catolicismo;

“Vamos criar uma república católica. Nas urnas rivalizam dois candidatos que se disputam os sentimentos piedosos”(G.P 16/11/1945)

“Paranaense: votar no General Dutra é querer um Brasil cristão!” (G.P. 02/12/1945)

“Dutra é recomendação da liga eleitoral católica. Sua vocação espiritual, tantas vezes revelada sem a profanação religiosa com que se fazem propagandas, foi correspondida agora pela honra insigne que lhe conferiu o Santo Padre com a Gran-Cruz da Ordem de Gregório Magno” (G.P. 02/12/1945)

“Os católicos não podem votar no General Dutra e no PSD que é apoiado pelo integralismo. Votar no general Dutra ou candidato a deputado pelo PSD é votar a favor do integralismo e contra a igreja católica!”(D.T. 30/11/1945)

(ii) à condução para a democracia amparada pelas Forças Armadas e pela justiça eleitoral;

“É o exército que vem assentar importantes medidas para a serenidade da vida política brasileira, afugentando as injunções golpistas, assegurando a união da família brasileira” (G.P. 06/11/1945)

“Brilhante trabalho do Tribunal Eleitoral! 220 toneladas de papel foram empregadas na confecção do material eleitoral!” (G.P. 30/11/1945)

(iii) à idéia de um presidente Herói- Salvador que zelasse pelo bem estar da população;

“Pela salvação do Brasil! Eduardo Gomes é o candidato sincero que combateu e derrubou a ditadura, que repudiou o fascismo, que recusou o apoio integralista” (D.T. 30/11/1945)

“Chega amanhã em Curitiba o candidato da democracia. Não perguntem por que nem para que, votem em Dutra!” (G.P. 16/11/1945)

(iv) às greves e manifestações sindicais enquanto uma *cultura cívica primitiva*;

“Recolocação dos sindicatos no seu devido lugar – o Ministério do Trabalho não se imiscuirá na vida das organizações sindicais. De órgãos promotores de bom entendimento, os sindicatos passaram a promotores da desordem e doutrinação política. Será sem dúvida um trabalho árduo o da recolocação dessas entidades no seu verdadeiro campo de ação” (G.P. 08/11/1945)

Os dois últimos pontos são particularmente relevantes quando se observa que o voto dos trabalhadores¹⁷ era “objeto de desejo” dos candidatos. Para a mídia impressa a chegada ao regime democrático passaria necessariamente pelas mãos de um herói de destacada religiosidade, na *Gazeta do Povo* seria o General Dutra, para o *Diário da Tarde* o Brigadeiro Eduardo Gomes. Não é correto afirmar que na concepção dos periódicos os cidadãos/eleitores precisassem ser alijados desse cenário, entretanto depositar o voto na urna teria a função básica de estabilizar e tranquilizar o clima político para a condução do novo presidente ao poder.

Para finalizar esta seção, resta observar o enfoque predominante na cobertura da campanha para a presidência. Conforme já demonstrado, a *Gazeta do Povo* apoiou a candidatura do pessedista General Dutra, e o *Diário da Tarde* o udenista Brigadeiro Eduardo Gomes. Identificar esse apoio é insuficiente para aceitar ou rejeitar a hipótese

¹⁷ Os *marmiteiros* como eram chamados. No discurso dos candidatos compunham uma *classe* vastíssima, incluindo tanto lavradores do campo, os operários urbanos, quanto intelectuais.

proposta de que *a centralidade da cobertura política nas eleições para o Executivo, predominantemente personalista, possuiu relação com o quadro partidário que estava em desenvolvimento*. Contudo, a análise das notícias e o fato da legislação eleitoral estabelecer a realização de eleições legislativas e executivas na mesma data permitem aceitar a hipótese e inferir que o pouco espaço para as eleições legislativas pode ter dupla causalidade: (1) uma deliberação intrínseca aos órgãos de imprensa; (2) reflexo do sistema político que ainda não contava com partidos políticos de penetração na sociedade e nem possuíam bases programáticas consolidadas.

Quanto a primeira causa a observação do trecho abaixo pode sinalizar que para os periódicos analisados a política salutar seria uma questão de atitude individual dos pretendentes aos cargos públicos e o ofuscamento das eleições legislativas seria originária da atitude passiva dos candidatos,

“No cenário político paranaense poucos se comprometem na luta. Ingressam e permanecem no partido e neles ficam no mais cômodo dos anonimatos. Os seus nomes apenas aparecem nas cédulas de votação. Se eleitos exercerão com alegria o mandato lhes outorgado. Se vencidos apelam para conduta jamais prejudicial ao adversário. Nessa situação preparam a almofada para o bom dormir seja qual for o resultado das urnas” (D.T. 30/11/1945)

Na segunda causa a cobertura personalista dos candidatos para o Executivo explicar-se-ia pelo próprio sistema político, que passava pela transição de um regime autoritário para o rol das democracias. Frente à recente liberação para os partidos se organizarem, seria surreal esperar que os jornais apresentassem uma cobertura baseada em plataformas programáticas, até porque o caráter ideológico indefinido e multifacetado da UDN, PSD e PTB era evidente. Dentro da racionalidade dos órgãos noticiosos, se forem consideradas plausíveis as duas causas destacadas, caberia a eles um papel de promotores da campanha do candidato ao Executivo nacional que mais próximo estivesse de seus interesses.

Considerações finais

O artigo teve como pretensão analisar a interface entre a mídia impressa paranaense e a primeira eleição para a presidência e para o Legislativo federal na conjuntura política do fim do Estado Novo e da Segunda Guerra mundial. Lançou-se a

hipótese de que os jornais paranaenses – *Gazeta do Povo* e *Diário do Paraná* – realizaram uma cobertura majoritariamente focada nas eleições presidenciais e na figura individual dos candidatos. Através de uma análise qualitativa das notícias veiculadas em ambos os jornais e da observação dos dados eleitorais do pleito de 02 de dezembro de 1945, pôde-se confirmar a hipótese ao encontrar poucas notícias que abordassem as eleições para Assembléia Nacional Constituinte. A pesquisa afirmou ainda que os dois periódicos paranaenses realizaram uma cobertura conectada à idéia de uma democracia de princípios católicos, para a mídia impressa o bom candidato seria o salvador-herói que conduziria a nação para a felicidade e moralidade. Independente do apoio à candidaturas– se próximos ao PSD ou à UDN – a relação com o incipiente quadro partidário mostrou que pouco diferiram na ênfase programática, ou seja, não houve sinalização evidente para o leitor/cidadão/eleitor da distinção dos candidatos por “ideologias”. O apelo genérico aos trabalhadores, e a própria cobertura personalista das eleições para o Executivo, suscitam a ponderação do partidarismo da imprensa quando se discute a “democracia partidária” antes do advento da televisão na política brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. **A Modernização da Imprensa (1970 - 2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.
- ALBUQUERQUE, A. *Another “Fourth Branch”*: press and political culture in Brazil. **Journalism** 6 (4): 486-504, 2005.
- BENEVIDES, M.V. **A UDN e o udenismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.
- BENEVIDES, M.V. *A União Democrática Nacional*. In.: FLEISCHER, D.V (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981b.
- BRAGA, S. S. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.
- CHAIA, V.; AZEVEDO, F. *O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004)*. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14. 2008.
- COLNAGHI, M.C. *Colonização e política*. In.: PAZ, Francisco (org.) **Cenários de economia e política – Paraná**. Curitiba: Prephacio, 1991
- D’ARAUJO. M.C. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-64**. Rio de Janeiro: FGV. 1996.

FLEISCHER, D.V (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GOMES, A. M. C. (Org.) **Vargas e a crise dos anos 50**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

HIPPOLITO, L. **De raposas a reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IPARDES, Fundação Édison Vieira. **Resultados Eleitorais, Paraná 1945-82**. 2 ed. Curitiba, 1989.

JORGE, V.L . *A cobertura do Congresso Nacional pelos jornais brasileiros, 1985-1990*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, 2003.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro**. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo, 1991.

LAVAREDA, A. **Partidos no Pós- Guerra: primeiras eleições em Pernambuco, 1945-1947**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

LIMA JR., O.B. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional – 1945-1964**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMA JR., O. *Resposta a Gláucio Soares*. In.: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 1984.

MAGALHÃES, F.B.B. **Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2006.

MANIN, B. *As metamorfoses do governo representativo*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 29, 1995.

NICOLAU, J. **História do Voto no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

OLIVEIRA, L.M.L. *O Partido Social Democrático (PSD)*. In.: FLEISCHER, D.V (org.). **Os partidos políticos no Brasil**. volume 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

OLIVEIRA, R. C. ; SALLES, J. ; KUNHAVALIK, J. (Org.) **A Construção do Paraná Moderno. Políticos e Política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

OLIVEIRA FILHA, E. A. *Apontamentos sobre a história de dois jornais curitibanos: Gazeta do Povo e O Estado do Paraná*. **Cadernos da Escola de Comunicação da Unibrasil**, v. 02, 2004.

PANDOLFI, D. C.; GOMES, A.C.; ALBERTI, V. (Org.) **A República no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2002.

PILOTTO, O. **Cem anos de imprensa no Paraná: (1854-1954)**. Curitiba: INSTITUTO HISTÓRICO GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE, 1976.

RIBEIRO, A. P. G. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

SANTOS, W.G. **Crise e Castigo – Partidos e Generais na Política Brasileira**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1987.

SOARES, G.A.D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1973.

SOARES, G. A. D. *Partidos Políticos Brasileiros: a Experiência Federal e regional: 1945-1964. Uma resenha e uma resposta*. In.: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, 1984.

SOUZA, M.C.C. **Estado e partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

VAZ, R. **Lupion: a verdade**. Curitiba: Paratodos, 1986

BANCO DE DADOS

Dados Eleitorais do Brasil (1945-1964). Disponível em:
<http://jaironicolau.iuperj.br/banco45.html>

JORNAIS

Gazeta do Povo. Edições de 29/10/1945 a 03/12/1945.

Diário de Tarde. Edições de 29/10/1945 a 03/12/1945.